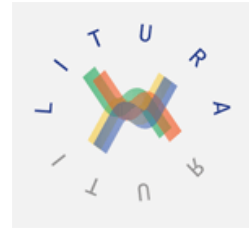


NA POLISSEMIA DO AMOR (ou figuras do secretário do alienado)



Marcus André Vieira

Resumo: “É vital que a falha onde mora o sujeito da psicanálise seja situada na fronteira do clínico e do político. Ali reside o analista. Nesses tempos em que somos cobertos com uma chuva de objetos de consumo, a fabricação de um saber-fazer com pedaços de real arrancados do Outro do gozo, que constitui a solução psicótica ressalta-se ainda mais preciosa” (Resenha da tese de Doutorado de Nuria Malajovich: “Inventar o amor: um desafio na clínica das psicoses”).

Palavras-Chave: amor, psicose, interpretação, imaginário.

Núria Malajovitch, em sua tese, aborda o amor nas psicoses em uma perspectiva que recusa decididamente qualquer redução do sujeito em prol da estrutura. Prescindindo do tradicional recurso à teoria lacaniana da psicose com base na noção de falha (no simbólico), que comporta invariavelmente algum grau de *déficit*, suposto ao psicótico, ela se serve da transferência como “fio condutor para que se resgate uma certa continuidade entre neurose e psicose” (p. 167).

Dessa forma, o texto se liberta de uma “leitura neurótico-centrista” (p. 90) de Lacan, termo que deve ser entendido aqui pelo seu avesso, isto é, como ressaltando a tendência do lacanismo em definir a psicose a partir da neurose, como tudo aquilo que não pertence ao campo desta última.

Núria impede, assim, decididamente que a teoria lacaniana da foraclusão seja tomada pelo furor mecanicista que muitas vezes credita ao mecanismo o real da psicose. O texto vai sendo construído no sentido contrário daquilo que a doxa lacaniana tem tendido a promover: o mecanismo no lugar da causa: “Ele é isso, ou tem isso, por causa da foraclusão”.

Desessencializando-se a estrutura, evitando-se seu uso como categoria transcendental, destaca-se o jogo dialético entre o estrutural e o transferencial (p. 62). Neste sentido, a importância da distinção diagnóstica se apresentará naquilo que se refere ao manejo da transferência e não como um divisor de águas unicamente ordenador, caso em que incorreríamos no risco do estabelecimento de uma taxonomia gratuita ou de mestre (p. 70).

Para tanto é preciso que nos desembaracemos do pressuposto cartesiano segundo o qual toda a paixão é da alma enquanto que todo padecimento orgânico é do corpo-máquina. Esta dicotomia, quando reproduzida em nosso campo configura-se como a oposição entre alma/paixão de um lado e corpo/loucura de outro e pode produzir o equívoco de se postular uma partilha radical entre o amor, apanágio da neurose, e o gozo, emblemático da psicose. Apesar disto, pelo seu grande papel norteador, esta oposição só pode ser descartada se apurarmos com Lacan ferramentas equivalentes no plano clínico-pragmático. É o que realiza Nuria quanto à esfera da transferência no âmbito clínico cotidiano, articulada aqui tanto em um plano conceitual quanto político, donde o interesse essencial da tese.

A fórmula ‘amor morto’ proposta por Lacan para definir o amor na psicose é retomada, assim, de forma a resgatar uma certa ambigüidade, ou melhor uma polissemia essencial do amor. Na distância entre amor mortificado e amor mortífero, plena de variações

ressonâncias faz-se jus àquilo que o próprio Lacan já havia estabelecido e que impede a partilha absoluta entre amor e gozo.

Seguindo, assim, a continuidade embutida na proposta, após situar a cisão estrutural da neurose entre desejo e amor, Nuria se perguntará se não poderíamos pensar algum tipo de amor na psicose mesmo que não este. Pergunta-se: “Amar é tornar-se necessariamente um outro faltante?” (p. 169). Neste sentido, o amor morto será considerado e trabalhado tanto na vertente do gozo quanto na da amizade.

De forma análoga, a dualidade entre sujeito e Outro, ou sujeito (do desejo) e gozo (do Outro) fica descartada. Ressalta-se que “barrar o gozo”, como costumamos dizer para designar a condução do tratamento com um psicótico, é uma metáfora muitas vezes perigosa. Por supor um sujeito e um Outro prévios, é válida na paranóia. É bem menos operativa na esquizofrenia, em que se trata mais de *constituir* um Outro para, dessa forma, localizar um gozo onipresente.

A premissa fálica (no caso do neurótico), que supõe um Pai morto tendo levado consigo o segredo do gozo absoluto, realiza essa localização do gozo. Ele estará sempre em falta com relação ao gozo paterno, mas permitirá que, nele localizado, junto a seu representante (o pai da realidade) possa ser buscado e apreendido ao menos em parte através do amor. Dessa maneira é estabelecida a ambigüidade neurótica fundamental do amor, constituindo o desejo como algo entre gozo e amizade.

Se, como assinala a autora, o essencial da problemática do amor nas psicoses parece repousar na questão da localização do gozo, proponho que pensemos essa localização como aquilo que permite o regaste de uma certa ambigüidade essencial entre amor e gozo. Sugiro que se acrescente, assim, um terceiro termo conceitual à série formulada pela autora: gozo (no ar, onipresente), gozo localizado (gozo sexual), amor.

A questão seria então: é possível um amor/gozo sem o falo? Se o Gozo é do Um, o Amor é do Dois. Como se passa de um para outro (sem o falo)?

A resposta de Nuria é uma aposta na possibilidade de uma *filia* que ao modo grego se aproximaria mais de uma mediação geral das relações que submeteria o gozo à regras universais sem no entanto localizá-lo sexualmente. A filia anuncia-se assim como um tipo especial de amor sem o falo (mas não sem o gozo).

Será preciso, no entanto, uma delimitação precisa do lugar do analista. Ele poderá ser retomado a partir de uma visão menos estrutural e mais continuísta, apresentado no espaço transferencial dentro de um certo *pas de deux* necessário que constitua a estrutura da *filia* reguladora. Elimina-se assim qualquer impressão de que o secretário do alienado seria apenas um arquivista ou copista (cf. Laurent), estando mais no lugar de um secretário-dançarino no sentido nietzschiano.

Além disso, reduzida a ênfase estruturalista, ressalta-se a operação analítica como um processo que visa constituir uma localização subjetiva (ou seja, um Outro furado, o que é distinto de um Outro da falta) a partir de um “Outro radicalmente outro absoluto e sem furo” p. 103.

A valorização da vertente processual tem, no entanto, também seu preço. Ela nos conduz a deixar ao analisante toda possibilidade de produção, de resultado do processo tornando o analista um acompanhante, ou de um “secretário-aprendiz”. Esta expectativa de que o sujeito invente sua solução poderia nos conduzir a uma concepção por demais criacionista (perigos bem destacados por Miller em “A invenção psicótica”, *Opção lacaniana*, 36 2000). A argumentação de Nuria não se constrói, entretanto, sobre essa idéia:

“o manejo consiste em detectar um ponto de abertura no delírio de onde seja possível manobrar” (p. 168) – há sempre alguma localização de gozo, alguma extração de objeto, algum sujeito, um “estilo de transferir” (p. 35). Nada disso rimaria com um secretário-aprendiz.

Descarta-se mais ainda a fascinação parálitica de um analista aprendiz no momento em que se situa a importância do endereçamento, como faz Nuria. “Defendemos a idéia de que o delírio como tentativa de cura só pode ser considerado um sucesso se sua produção tiver um endereçamento” (p. 168). Este, poderá ser verificado a partir do modo como o sujeito fará para “inventar um Outro” (o que se vê claramente na erotomania, p. 68). É preciso “Resposta, confirmação de recebimento”, é preciso um destinatário (p. 49, 168) do delírio senão não há estabilização (tal como quando, p. 48, Schreber propõe a Flechsig que confirme a veracidade de sua exposição” p. 165).

Isso, porém, recoloca a questão: certo, mas como se constitui este endereçamento? Precisamos fugir da cilada do endereçamento naturalizado. Ele não ocorre apenas porque o sujeito consente em falar a um analista. Creio que a vertente criacionista deve assim ser contrabalançada com a idéia de Miller de *bricolagem* (que articula tanto a criação quanto os materiais preexistentes). Não me parece possível sair deste impasse sem delimitar, desta forma, a função do objeto ou, em outros termos, do produto do processo transferencial, realizado a partir do que já lá estava, antes mesmo do analista. Afinal, o delírio é uma produção textual que pode ou não ser “publicada”, endereçada a um analista ou ao mundo.

A proposta de invenção de uma amizade de transferência (p. 163) pela barragem de gozo se desenha então como localização do objeto por uma invenção. O analista talvez seja como um goleiro que agarra uma bola (objeto) chutada a esmo. Isso constituiria um endereçamento que a princípio não seria um. Neste sentido, não seria a Filia mais um efeito da produção de um endereçamento?

Finalmente, é preciso ressaltar como estas questões clínicas se articulam diretamente por Nuria em seus aspectos políticos. A decisão de conceituar o amor na loucura o demonstra. Ele corresponde a fazer com que ele seja, antes de mais nada, considerado. Não é à toa que o amor institucional (p. 164) será tema de discussão, ou a ênfase no delírio como um trabalho conjunto (p. 169). Mesmo dentro de sua orientação do caso-a-caso a ética do analista pode se materializar em uma política que, na realidade, é a mesma em ação na sua clínica. É preciso que, entre outras coisas, haja psicanálise para que se “produza a falta a ser, que se produza o sujeito como diferença absoluta”. Isso é o laço psicanalítico na medida em que pode ser definido como aquele que dá lugar a um sujeito (como falha absoluta) no plano do discurso. É preciso apenas cuidar para buscá-lo em seu lugar: de falha de um discurso pessoal e não de um discurso coletivo, de uma instituição ou sistema. Para lidar com elas não é preciso uma clínica, basta excluí-las, por exemplo. Impossível considerar um discurso pessoal, uma fala articulada sem abordá-la igualmente no plano do passional. É o que faz Nuria.

É vital que a falha onde mora o sujeito da psicanálise seja situada na fronteira do clínico e do político. Ali reside o analista: não como um produtor de cidadania, apenas como mais um personagem da cidade. Uma de suas atribuições fundamentais, no entanto, talvez seja a de manter-se depositário da “transmissão da solução psicótica” (p. 173). Nesses nossos tempos em que somos cobertos com uma chuva de objetos de consumo, a fabricação de um saber-fazer com pedaços de real arrancados do Outro do gozo, que constitui essa solução ressalta ainda mais preciosa.

Marcus André Vieira, julho de 2005